

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA THE TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE IN ANGOLA

Moisés Alves Augusto¹

Instituto Superior Politécnico do Uíge – Angola

RESUMO: O ensino de Língua Portuguesa em Angola é processo sécular, começou no ano de 1482 até aos nossos dias, tem atravessado momentos pautados por várias vicissitudes; que vão desde as formas elementares de ensino da Língua Portuguesa, ministradas aos primeiros quatro angolanos no interior das caravelas de Diogo Cão e aperfeiçoado nas terras lusas até ao seu enraizamento plausível ou eivado de constrangimentos nefastos no seu relacionamento intercultural e multilíngue com os reinos, que constituem o actual território nacional, de Angola, bem como a afirmação do português no cenário nacional como língua oficial e veicular em Angola a par das línguas nacionais. Evidência-se, deste modo, a necessidade do Ensino de Língua Portuguesa em Angola. O desabrochar da variedade do português angolano, nas suas variações; diatópicas, diastráticas e diafásicas, é um fenómeno natural inerente ao esfacelar-se das línguas, no seu incessante fluir, no seio das comunidades humanas.

Palavras-chave: Ensino. Língua Portuguesa. Angola.

ABSTRACT: Portuguese language teaching in Angola is a centuries old process that began in 1482 to the present day, has gone through moments marked by various difficulties ranging from elementary forms of teaching the Portuguese language taught to the first four angolans inside Diogo Cão's caravels and perfected in Portuguese lands until its plausible rooting or riddled with harmful constraints in its intercultural and multilingual relationship with the kingdoms, which constitute the current national territory of Angola, as well as the affirmation of Portuguese on the national scene as an official and vehicular language in Angola along with the national languages. Thus the need for Portuguese language teaching in Angola is highlighted. The blossoming of the variety of Angolan Portuguese in its variations; diatopic, diastric and diaphasic is a natural phenomenon inherent to the crumbling of languages in their incessant flow within human communities.

Keywords: Teaching. Portuguese Language. Angola.

Introdução

A palavra ensinar “conceitualmente” pressupõe, de maneira implícita, o outro lado, que é a palavra aprender. O ensino é um acto que se interliga à aprendizagem. O ensino de língua é um fenómeno humano que consiste na transmissão de um sistema de comunicação a alguém que não o possuía. Toda língua é, apenas, um sistema de comunicação verbal (oral ou escrita) de uma determinada comunidade humana, portanto não existem línguas superiores nem inferiores, existem, sim, línguas com maior ou menor número de falantes, com maior ou menor influência internacional ou intercontinental.

¹ Endereço eletrônico: katendamoises@yahoo.com.br

A língua é um fenómeno inerente a condição humana, não existe nenhuma comunidade humana sem língua. A origem das línguas é postulada por várias teorias que desembocam em duas vertentes principais:

- A vertente da origem língua como uma dádiva que Deus deu ao homem e a
- A vertente da origem língua como uma invenção humana.

A interrelação e a transformação entre as línguas sempre aconteceu na história humana. O latim é uma transformação do indo-europeu. Os romanos conquistaram a Grécia, mas foi a língua grega que se sobrepôs ao latim por ser uma língua mais culta em relação ao latim. Os romanos conquistaram a Península Ibérica e a sua língua o latim impôs-se sobre as línguas ibéricas dando origem as línguas neolatinas ou vernáculos, entre elas, a Língua Portuguesa.

A língua portuguesa estando ao serviço das caravelas expansionistas marítimas lusitanas chegou às terras angolanas no reino do Kango, atracando no porto de Mpinda, Soyo, tecendo relações amigáveis, enquanto decorria o século XV. As conquistas portuguesas estenderam-se ao longo de todas as outras partes do território angolano, subjugando os reinos, servindo-se da superioridade bélica e técnica. Cada reino era caracterizado por uma língua local. Essas línguas locais, com excepção de khoisan derivam todas do proto-mbantu. A presença da Língua Portuguesa torna os reinos em espaços bilingues e o multilinguismo cobre todo o cenário angolano.

Durante a convivência secular interlinguística, o português foi imposto como língua franca, com recursos a diglossias e glatofasias. Esses recursos só goraram por falta da maioria qualificada de utentes da Língua Portuguesa, e pela força anímica que os angolanos têm de conservarem as suas línguas maternas e sua cultura.

Depois da proclamação da independência de Angola, em 1975, a Língua Portuguesa foi adoptada como língua oficial e veicular em Angola a par das línguas nacionais.

O Ensino de Língua Portuguesa em Angola urge como uma necessidade, visto que, ela é a língua oficial de Angola, veiculando como símbolo de unidade nacional e de suporte ao sistema de ensino escolar.

O desabrochar da variedade do português angolano, e a sua norma padrão nas suas variações; diatópicas, diastráticas e diafásicas, não deve ser visto como um sacrilégio a norma padrão do português europeu, mas é um fenómeno natural inerente ao esfacelamento de qualquer sistema linguístico, no seu incessante fluir, no seio das comunidades humanas. Tudo

isto que foi supra citado constitui teor da guisa que este artigo *Ensino de Língua Portuguesa em Angola* vai discernir contando com vossa indispensável e prestimosa ajuda para seu aperfeiçoamento.

O conceito de ensino de uma língua

O conceito “ensino” deriva da palavra latina “insignare” que quer dizer ministrar, instruir, leccionar algo a alguém. Esse conceito “ensino”, para que se realize, envolve, implicitamente, uma dimensão trivalente que comporta; um docente (ensinante), uma docência (o que se ensina) e um discente (a quem se ensina).

O ensino de uma língua é endogénio quando quem a ensina e o ensinado são falantes da mesma língua materna e esta serve de matéria que é ensinada, partilhando entre docente e discente a mesma estrutura da gramática implícita ou internalizada, por exemplo, “um professor de língua materna portuguesa ensina a Língua Portuguesa aos alunos de língua materna portuguesa”. Neste contexto, salvaguarda-se às técnicas da gramática explícita pela parte do docente, que o habilitam ao exercício da docência. O ensino de uma língua é exogénio quando alguém ensina uma língua diferente a quem é ensinado, isto é, um professor de língua materna portuguesa ensinando a Língua Portuguesa aos alunos de língua(s) materna(s) diferente(s) ao português. No ensino exogénio, o docente e os discentes não partilham a mesma estrutura da gramática internalizada, evidenciando-se várias implicações interlinguísticas ao nível fonico, morfossintático e semantico.

Ao nível fónico, o acto da fala produz-se num continuo fluir sonoro que está associado as propriedades físicas dos sons, sincronizando-se em produção, audição e percepção sonora, isto é, fonética articulativa, fonética acústica e fonética perceptiva. O ensino exogénio de uma língua requiere do docente uma destinta clareza articulativa e exige do discente maior acuidade auditiva. Os fonemas captados são processados por associações, contraste ou por inovação (COSTA, 2008).

A morfossintaxe realiza-se na interrelação simultanea das palavras em classes gramaticais e na constituição das frases, formando sentidos perceptíveis, numa determinado acto da fala que é o exercício do funcionamento concerto de uma língua. As línguas tradicionalmente, classificam-se em:

- Línguas Isolantes são aquelas que comportam palavras invariáveis e as relações

gramaticais estabelecem-se mediante à ordem das palavras (o chinês/mandarim).

- Línguas Flexivas contém relações gramaticais que se estabelecem mediante o uso de terminações flexivas (o latim, grego) ou declináveis.

- Línguas Analíticas realizam-se utilizando elementos morfológicos livres como as preposições, as conjunções e os artigos, para expressar as relações gramaticais (o inglês).

- Línguas Aglutinantes têm relações gramaticais que se prendem com a junção de afixos as raízes/radicais (o basco).

No entanto, em muitas línguas convivem traços de vários tipos. O português, por exemplo, é uma língua flexiva (conjugação verbal), analítica (tem preposições, conjugações e artigos) e aglutinante (formam-se palavras através de afixos como in-feliz-mente) (MORÓN, 2008).

Enquanto se estabelecem essas osmoses entre as palavras na esfera morfológica, na sintaxe observam-se seis formulações possíveis na construção das frases conforme a ordem habitual dos elementos essenciais de uma oração: sujeito (s), verbo (v) e objeto (o). Existem seis possibilidades lógicas da formulação da ordem fraseológica:

- SVO é a ordem fraseológica mais usual; português, inglês e a maioria das famílias linguísticas do nosso planeta a usam.

- SOV, essa ordem realiza-se em japonês e tibetano.

- VSO, o galês usa essa ordem fraseológica e é partilhado por 10%-15% de outras línguas.

- VOS, em Madagascar usa-se essa ordem na língua malagaxe.

- OSV, essa ordem é usual por algumas línguas em Amazonas.

- OVS é a ordem do jamandi, língua usada em Amazônia brasileira.

Essas três ordens (vos, osv, ovs) de formulação fraseológica são muito menos usadas comparando-as com as primeiras três (MORÓN, 2008). O ensino de uma língua, para que seja eficiente, requer uma gama de pressupostos básicos, geralmente, não são de domínio comum para alguns professores e escolas de ensino de línguas.

Origem e formação da Língua Portuguesa

Os idiomas românicos, especialmente, a Língua Portuguesa, resulta de uma convivência lenta e estratificada transformação de bilinguísmos (latim e iberismos), multilinguísmos

(latim, iberismos e outras línguas) através de uma “criolização” sécular brotou a brilhante Língua Portuguesa. O latim que, por sua vez, era, também, a transformação de outra língua, o indo-europeu.

O latim era a língua dos latinos, povo que habitava o Lácio, região da Itália Central. Com o aumento crescente do seu poder, aumentava também a ambição pela conquista. O exército romano espalhou-se, durante séculos, na conquista de vários povos, em uma ânsia desmedida de domínio, subjugando os povos, e a todos impondo seus costumes e sua língua: o latim vulgar. De tal forma, os povos conquistados assimilaram a influência do conquistador que, mais tarde, o que se denominou de “romanos” era, na verdade, uma amálgama de povos conquistados. O imperador Caracala, no ano de 212, concedeu a todos os habitantes do império a cidadania romana, nesse sentido, Cardeira (2006) escreveu o seguinte:

[...] Desde 218 a. C., data em que o exército romano, no quadro da Segunda Guerra Púnica, desembarca na Península Ibérica, dando início a um longo processo de aculturação dos povos peninsulares, a romanização. [...] A ocupação não se traduziu, apenas, em administração, mas também, em colonização [...]. É no latim vulgar que tem origem as línguas românicas. A expressão ‘latim vulgar’, ou (sermo vulgaris), segundo a classificação de autores latinos, designa a língua com todas as suas variedades e tem sido utilizada para distingui-la da modalidade literária [...]. Uma importante fonte para o estudo do latim vulgar é o ‘Appendix Probi, um manuscrito que corrige formas incorretas – e certamente frequentes – da língua falada’ (CADEIRA, 2006, p. 19-21).

Formado já sob o prestígio da mais rica e bela civilização da antiguidade, a civilização grega, o império do oriente, embora inicialmente se tivesse submetido à administração romana, continuava profundamente helenizado e exercia grande influência sobre a civilização dos conquistadores romanos, sobretudo na língua latina. A dominação romana sobre a Grécia, segundo Nunes (1969) é considerada dessa forma:

É claro que a Grécia que, no dizer de Horácio, de avassalada se tornou avassaladora, contribuiu mais que nenhuma outra das nações com que os romanos se tinham posto em contato para esta tamanha revolução; a leitura dos seus poetas inspirou naturalmente o desejo de imitação e o conhecimento, cada vez mais difundido, do grego, foi um auxiliar valioso para o aperfeiçoamento da língua latina; de tal maneira que aquele influiu nesta, que por fim o seu léxico, sua versificação e sintaxe eram grande parte gregos (NUNES, 1969, p. 6).

A língua literária, em contato com as civilizações mais adiantadas, como a grega, vicejou extraordinariamente na vasta e rica literatura latina, até que a invasão dos bárbaros a interrompeu degenerando em baixo latim.

E foi no latim medieval ou baixo latim que se condensaram as gramáticas escritas dos vernáculos europeus, eivadas de palavras novas, tomadas das línguas faladas e da grande contribuição do léxico e formulações gregas.

O latim enquanto língua literária continuou esfacelando-se em termos vulgares, levado pelos soldados e pela plebe às mais longínquas regiões do Império romano, que também se moldavam (SPINA, 2008).

O latim vulgar serviu de canal para o nascimento do português, não descurando a influência do léxico grego e, até mesmo, de outras línguas europeias, em certa dosagem, que se imbricaram no português. A esses fenômenos, se acrescenta, também, a invasão feita pelos mouros “árabes - berberes” da África do Norte à Península Ibérica.

Nesse contexto, o português é uma língua que se originou do latim vulgar em cruzamento com outras línguas faladas na Península Ibérica, por exemplo, o pré-céltico, o celtibero², que cederam e se vergaram à hegemonia do latim (ASTRIZ, 2008, p. 108).

Nessa vertente linguística, outro fator a considerar-se são as invasões sucessivas de outros povos que fragmentaram o território do império romano e provocaram ebulições linguísticas que vão determinar, a partir do século IX, as formações dos diversos romances. Desde o século V, o império foi invadido pelos povos germânicos (bárbaros), tribos nômades que ocuparam o Norte, o Centro e algumas partes do Sudeste da Europa; a partir dos séculos VI e VII, pelos eslavos, e no século VIII, pelos árabes.

Os suevos fixaram-se na Galiza, e em parte da Lusitânia, fundaram um reino, que mais tarde foi absorvido pelos visigodos. Foi nesse tempo da ocupação do território pelos suevos que se processou a gestação do romance galego-português.

Quando a violência das invasões germânicas foi, aos poucos, decrescendo, os bárbaros passaram a romanizar-se, adotaram a cultura dos povos vencidos que lhes era superior, cristianizaram-se e assimilaram o latim vulgar. Contribuíram, porém, para acelerar a evolução

² O basco é a única língua que, atualmente, permanece em âmbito regional, como marca de aspecto cultural ultranacionalista.

da língua. Assim, se encontram, no vocabulário português, vários termos de origem germânica, como por exemplo, os termos seguintes, referentes a várias dimensões:

- À dimensão sociopolítica: arauto, banda, bandeira, bando, branco, dardo, feudo, franco, galopar, orgulho, rico, roubar, tacanho.

- À dimensão militar: baluarte, escaramuça, guerra, trégua.

Os árabes, povo de origem semita, cuja religião, o Islamismo, agredia os princípios da religião cristã, penetraram na Europa pela Península Ibérica, apoderando-se dela, dominando o reino visigótico. Oito séculos durou a dominação dos muçulmanos na Península Ibérica (711-1492); Granada, o último reduto da resistência moura, foi recuperada em 1492, no reinado dos reis católicos da Espanha, Fernando e Isabel (SPINA, 2008). Referindo-se à presença árabe na Península Ibérica, Cardeira (2006) afirmou que:

[...] Em 711 os árabes invadiram a Península Ibérica. Uns dois anos depois já tinham subjugado toda a região meridional e, subindo até ao Mondego, empurram os hispano-godos para a cordilheira norte. Instauram uma administração árabe, centrada em Córdova. Após alguns episódios mais ou menos sangrentos, a zona sob o domínio árabe, pacificada, apresentava um panorama que, durante cerca de cinco séculos, não mudará muito: cristãos a norte, muçulmanos, hispano-godos convertidos ao Islão, moçárabes e judeus no Centro – Sul [...]. Moçárabe é o termo de origem árabe, que designa a população cristã vivendo sob o domínio árabe, preservando a sua identidade cultural, e mantendo as suas tradições cristãs (CARDEIRA, 2006, p. 31).

Nesse tempo da presença predominadora dos muçulmanos na Península Ibérica, a língua árabe conviveu no mesmo espaço com um estrato linguístico de origem latina. O vocabulário árabe entrou na “língua portuguesa”, referindo-se a várias dimensões:

- Aos antropônimos: - Alberto, Albuquerque, Alcântara, Alfredo, Almeida.

- À dimensão política administrativa e bélica: - Alarido, Alcaide, Alfândega, Alferes, Algazarra, Almirante.

- À arquitetura e organização urbana: - alpendre, açoteia, aldeia, andaime, armazém, azulejo, bairro, tabique.

- À agricultura: - albufeira, açude, azenha, nora.

- À ciência: - alfarrábio, algarismo, álgebra, chafariz, azimute, cifra, zénite, zero.

- Às plantas: - açafraão, albarrã, alface, acelga, azeitona, cenoura, maçaroca, alfazema, alcachofra, lima, limão e laranja.

- Aos instrumentos: - alicate, alfinete, almofariz, rabeca e tamboril (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 17).

É necessário lembrar-se que o prefixo “*al*”, inicial de certas palavras portuguesas, remonta o artigo do árabe “*al*” remanescente em palavras aglutinadas, como nos reportam os exemplos citados: *Alberto*, *Albuquerque*, *Alcântara*, *Alfredo*, *Almeida*, *Alarido*, *Alcaide*, *Alfândega*, *Alferes*, *Algararra*, *Almirante*, *alpendre*, *aldeia*, *albufeira*, *alfarrábio*, *algarismo*, *álgebra*, *albarrã*, *alface*, *alfazema*, *alcachofra*, *alicate*, *alfinete*, *almofariz*.

Existe um levantamento etimológico e filológico³ das palavras derivadas de outras línguas e do árabe, segundo Cardeira (2006) essas palavras foram absorvidas e são usadas no léxico português, isto é: “[...] para dar uma ideia do peso que o léxico árabe exerce na língua portuguesa, e essas palavras são hoje usadas sem se saber identificar as suas origens pelos utentes comuns” (CARDEIRA 2006, p. 31-35).

Quando Portugal tornou-se reino independente da Galiza, estendeu-se para o Sul, anexando as regiões reconquistadas por Dom Afonso Henriques, e seus sucessores prosseguiram na luta contra os mouros, até que, em 1250, Dom Afonso III concluiu a conquista do Algarve, fixando, então, os limites de Portugal que temos hoje. Mesmo politicamente delineado, em Portugal, a língua falada naquela faixa de terra continuou sendo, ainda, o galego-português até o século XIV, quando fatores políticos, sociais e linguísticos determinaram a quebra da relativa unidade linguística, galego-português. (SPINA, 2008 p. 30-33).

No século XIII, no início do reinado de Dom Dinis, a Chancelaria régia adotou o português como língua escrita, multiplicando-se os diplomas reais e particulares, as leis gerais e locais produzidos em português. Mas a adoção do português enquanto língua de escrita, embora decisiva para a afirmação da língua, teve de se refletir em uma prática bastante difundida de produções e autoafirmações legais.

³A palavra etimologia é de ascendência grega, trata da história ou origem das palavras e da explicação do significado de palavras através da análise dos elementos que as constituem. Algumas palavras derivam de outras línguas, possivelmente de uma forma modificada (as palavras-fontes são chamadas étimos). Por meio de antigos textos e comparações com outras línguas, os etimologistas tentam reconstruir a história das palavras – quando elas entram em uma língua, quais as suas fontes, e como a suas formas e significados se modificaram. Enquanto que o termo filologia, segundo o dicionário Houaiss, deriva do grego e define a filologia como “o estudo do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas” (HOUAISS, 2005). Filologia, em um sentido lato, estuda uma língua, civilização, cultura ou a literatura em determinada posição histórica.

A Língua Portuguesa, em substituição ao latim, tornou-se viável com Dom Dinis e passou a funcionar como língua dos documentos oficiais, ao mesmo tempo em que se promoveu a criação da Universidade em Lisboa, no ano de 1290 (CARDEIRA, 2006, p. 44-45).

Desde o século XII, até os nossos tempos, a Língua Portuguesa vem sendo um grande veículo de comunicação impregnada de diversos interesses, conforme as necessidades dos seus utentes; quer a nível pessoal, quer a nível sociopolítico.

A partir de meados do século XV, a Língua Portuguesa, na esteira da expansão marítima lusa, transpôs fronteiras territoriais de Portugal e se torna uma língua intercontinental, com peripécias de falantes que habitam em enclaves ao longo da costa ocidental e oriental do continente africano e asiático alcançando o Golfo da Guiné, em 1444, Soyo – Angola, em 1482, a América, em 1500, a China, em 1515, e o Japão, em 1534 (FARACO, 2016).

Contexto geolinguístico de Angola

Antes da chegada dos portugueses, Angola era habitada por vários povos formados por reinos e cada reino era caracterizado por um território, um rei e uma língua que congregava todos os membros do reino, identificava e distinguia cada reino dos outros territórios soberanos.

Uma análise à situação linguística angolana permite-nos constatar que existem dois grupos de famílias linguísticas africanas, a saber:

- Grupo bantu, que engloba a quase todas as línguas africanas faladas no território; kikongo, kibundo, ubundo, kyokowe, nganguela, nhaneca, herero e kwanhama, abrangendo quase a totalidade do território de Angola. Todas essas línguas derivam de um tronco linguístico conhecido por proto-bantu, todas têm a mesma estrutura gramatical e usam palavras muitas vezes aparentadas.

- Grupo o não bantu que se subdivide em dois subgrupos étnicos linguísticos denominados Nkung (khoisan) e Ovakwepe (Ovakwisi) (GOURGEL; DIFUILA, 2017). As línguas khoisan caracterizam-se efectivamente por uma grande variedade de sons semelhantes a cacarejos, cliques e estalidos, mas tais sons constituem a medida de uma certa sofisticação linguística. Um especialista afirma, inequivocamente, que falar correntemente uma das

línguas khoisan equivale a explorar em pleno a capacidade fonética do ser humano (READER, 2002, p. 447).

Chegada e ensino da Língua Portuguesa a Angola

A expansão extraeuropeia de Portugal pôs a Língua Portuguesa em contato com um sem-número de línguas africanas, asiáticas e americanas. Uma alternativa bastante produtiva e para enfrentar a questão linguística, os navegadores usaram os linguistas, ou seja, falantes de português que sabiam outras línguas que aprendiam o português (geralmente, eram pessoas capturadas durante as incursões portuguesas ao norte da África de modo particular no golfo da Guiné 1444). Pessoas essas que, por seu saber linguístico, podiam dar suporte a eventos de comunicação em contextos bi ou multilíngues, servindo como intérpretes nos contatos entre portugueses e os habitantes das diferentes regiões onde chegavam os caraveleiros ou que eram por eles ocupadas criando enclaves ao longo da costa do oceano Atlântico (FARACO, 2016).

Em 1482, as caravelas portuguesas comandadas por Diogo Cão chegaram à Angola, atracando no porto de Mpinda Soyo, onde o grande rio Kongo desemboca no oceano Atlântico, local que ele apelidou com a nomenclatura portuguesa de Santo do Zaire, território pertencente ao reino Kongo. Segundo a exposição de Silva (2011), verba o seguinte: “[...] O navegador ancorara em Pinda (ou Mpinda), na margem sul da embocadura do rio Zaire, em 1482 Foi acolhido pelo Mani ou senhor de Soyo...., a província do noroeste do reino do Congo” (SILVA, 2011, p. 360).

Diogo Cão, comunicou-se como e quanto pôde com a gente do Soyo, tanto por mímica, quanto por palavras..., é possível que alguém compreendesse algo ou mesmo falasse o kikongo, a língua local do Soyo (SILVA, 2011. p. 360). Naquele momento emergiu o previsto e complexo problema de como alcançar o mútuo entendimento pacífico e gentil para garantir não só as trocas comerciais (objetos e “videntes”), mas também eventuais negociações políticas e até para as práticas da catequese e conversão religiosa. “O conselho de Many Soyo, Diogo Cão enviou alguns mensageiros, com presentes, a Mbanza Kongo, onde vivia grande Rei (SILVA, 2011, p. 360).

Os primeiros angolanos quem foi ensinada e aprenderam a falar a Língua Portuguesa

Tudo corria bem entre os habitantes do Soyo e os marinheiros das três caravelas

ancoradas no porto de Mpinda, quando Diogo Cão tomou por reféns quatro congueses que visitavam, admirados, o interior de uma das caravelas, para todas as novidades, os levou a Portugal. Antes de zarpar indicou por gestos e, provavelmente, por palavras, afirmando que os devolveria dentro de algum tempo, num espaço de 15 luas. Durante a estadia dos kongueses nas terras lusas, o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa aconteceu no convento de Lóios (SETAS, 2011).

Cumprindo a promessa, Diogo Cão com sua frota e os quatro congueses regressam para o reino do Kongo em 1485. Os quatro congueses falando português e vestidos à moda europeia causaram grande impacto e admiração positiva ao povo. Diogo Cão mandou por meio deles ao Manicongo (rei) presentes, a mensagem de amizade do rei de Portugal e o aviso aos emissários brancos e negros que tinha ficado, haviam sido muito bem tratados, o que serviu como premissa de boas e amigáveis relações de confiança entre Kongo e Portugal. O Manicongo (rei) Nzinga-a-Nkuwa ouviu, cuidadosamente, o que lhe foi narrado pelos kongueses que tinham estado durante vários meses em Portugal. O testemunho de seus homens serviu de ânimo e encorajamento, em gesto de boa amizade, retribuiu com o envio de um embaixador e presentes para o Rei de Portugal, pedindo:

- Educação técnica e escolar para alguns filhos do rei e dos nobres da elite da corte do Kongo;
- Que lhe fossem enviados missionários, profissionais, pedreiros, carpinteiros, agricultores e mestres dos mais diferentes ofícios, com intuito de modernizar o reino do Kongo à semelhança ao de Portugal.

Em 1506, faleceu Manicongo (rei) Nzinga-a-Nkuwa sucedeu ao trono do reino seu filho, primogénito o príncipe Mbemba-Nzinga apelidado pelo antropônimo luso de D. Afonso, o poder foi alcançado graças à intervenção dos portugueses residentes no Kongo. Em questões de sucção do rei, o reino do Kongo regia-se pelo direito consuetudinário materlinear, isto é, sucederia ao poder o filho primogénito da irmã mais velha do rei (SILVA, 2011).

A primeira escola em Angola e o ensino da Língua Portuguesa

Mbemba-Nzinga/ D. Afonso havia feito os estudos em Portugal, falante fluente de kikongo e português, durante todo o seu reinado que se estendeu desde 1506 até 1543. Reiterou ao rei de Portugal o mesmo pedido feito pelo seu antecessor fazendo, apenas, o

acréscimo ao pedido de:

- O fornecimento de professores que poderiam ensinar a sua gente a ler e a escrever;
- Mandar alguns rapazes da elite konguesa para estudar em Lisboa, às custas do reino kongo, entre eles um dos seus filhos, Henrique, que veio ser ordenado de sacerdote e, posteriormente, o primeiro bispo da África negra em 1518 e em 1555, foi publicado o catecismo em língua kikongo, que é a primeira transcrição impressa de uma língua bantu (SILVA, 2011).

O Manicongo trabalhou, incansavelmente, para mudar o reino, mas não foi possível devido a vários condicionamentos. No plano do ensino, conseguiu abrir algumas escolas católicas elementares. Nas escolas do Kongo, ensinava-se a ler e a escrever, transmitia alguns rudimentos de matemática e até latim, a língua do sistema escolar e o português, visto que nessa altura o vernáculo literário estava despontando e a gramática portuguesa ainda não existia, que só veio à luz em 1536 sob autoria de Fernão de Oliveira (Mateus, 1999, p. 33-35). O kikongo passa a partilhar o mesmo espaço geográfico com o português e os mesmo utentes, nos pequenos centros urbanos em embrião, criando um espaço bilíngue, enquanto noutras partes do reino o kikongo perpetua o monolinguísmo.

Ensino de Língua Portuguesa em Angola Colonial do século XVI - XVIII

Com a excepção do reino do Kongo, a presença e a ocupação portuguesa dos outros reinos de Angola foi sempre de forma contundente. O ensino e a aprendizagem, a captação e a utilização da Língua Portuguesa revelou-se como um constrangimento de uma imposição categórica. O ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa viabilizava-se nos seguintes moldes:

- Houve sempre um proto ensino escolar nos enclaves costeiros e postos do interior onde residiam brancos para garantir o ensino de Língua Portuguesa para os filhos de brancos e mulatos.

- Verificou, também, a aprendizagem da Língua Portuguesa por socialização, isto é, apurar o ouvido e captar o que “opressor” estar a dizer; fazer associações para “advinhar” entender o que se quer dizer para evitar punições, castigos corporais severos, por não se compreender ou por mal-entendido acerca do que foi anunciado ou ordenado. A repetição diária do que se ouvia fazia hábito. O hábito gerava compreensão informal. A compreensão

informal forjava uma aprendizagem por socialização, isto formou um português marcado por falhas fonéticas e morfossintáticas, apoiado pelas estruturas de gramáticas internalizadas das línguas angolanas, é a essa prática linguística que se chamou “português”.

Desde o início da presença europeia em África, as igrejas católica e protestante protagonizaram não somente a evangelização dos nativos, como também projectaram um ensino escolar elementar, às vezes, com a ministração de conteúdos escolares em sistema linguístico bilingue, português e uma das línguas angolanas predominante na região de onde se está a realizar tal ensino.

Os jesuítas e outros missionários que se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho do ensino escolar aperceberem-se que não seria possível converter os povos angolanos sem que estes soubessem ler e escrever. De fato, a ação educativa só tomou “corpo com o estabelecimento dos missionários em Angola” (DIAS, 1934, p. 5). Distinguem-se os jesuítas que honrando sua exigente e rigorosa formação, assumiram essa responsabilidade, fundando o primeiro estabelecimento de ensino durante grande parte do tempo no século XVII, o único em Angola.

Em 1605, as crianças brancas, mulatas e até algumas negras (indígenas) de pais servidores de colonos frequentavam o ensino escolar ministrado em Língua Portuguesa, infelizmente, outra “boa parte de crianças indegenas e seus pais eram capturadas, reduzidas a mercadorias eram depositadas em barcos negreiros com o destino para o Brasil ou outras partes das Américas” (ÁVILA DE AZEVEDO, 1945, p. 8).

O fato de os jesuítas terem sido os primeiros a manter uma escola de primeiras letras e talvez até outras de estudos mais adiantados durante todo o século XVII (SANTOS, 1970, p. 35) fez aumentar a credibilidade e influência dos jesuítas, tornando-os responsáveis pela educação dos “brancos, mulatos e pouquíssimos negros, esses alunos aprendiam e sabiam o português, a Administração colonial empregava-os para servirem as estruturas coloniais vigentes em detrimento do atroz sofrimento do povo negro” (DUFFY, 1961, p. 118).

Ensino de Língua Portuguesa nos séculos XIX – XX e a Instituição Oficial de ensino em Angola 1845

Angola, desde o início da presença portuguesa era vista, apenas, como um celeiro de exploração de escravos para as Américas. O interesse político e económico de Portugal pela

Angola concretizou-se sobretudo a partir do século XIX, mais concretamente depois da independência política do Brasil, em 1825.

Perdido que estava o segundo Império, depois da independência política do Brasil, os portugueses habituados a viver à custa do trabalho escravo, sob o ponto de vista económico e institucional, no segundo império sul-atlântico, começam resenhar e elaborando os primeiros projetos para a instalação do terceiro império no continente africano, assente numa escravatura local com o sistema de Indigenato (ALEXANDRE, 1979; TELO, 1994).

Apenas em 1845 foi instituída em Angola uma estrutura oficial do ensino, pelo decreto de 14 de agosto de 1845, criado por Joaquim José Falcão, ministro do Estado, da Marinha e do Ultramar, e assinado pela rainha D. Maria II. Foram criadas algumas escolas, como a Escola Principal de Instrução Primária; foi constituído um Conselho Inspetor de Instrução Pública. Essa instituição seria mais um veículo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Esse primeiro passo, apesar de importante, não foi suficiente, uma vez que na mente das populações só existia o conceito de fuga ou resistência, se fosse possível, para escapar ou livrar-se da captura para escravatura, por isso não estavam motivadas nem tão pouco preparadas para a frequência escolar. Além disso, os potenciais alunos seriam, apenas, meninos brancos, mulatos e negros, filhos de funcionários locais servidores do sistema colonial, e não prévia nem beneficiária os negros em geral.

Outro impulso foi dado ao ensino escolar, dez anos depois, por Sá da Bandeira, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, que subscreveu uma portaria régia (datada de 19 de novembro de 1856) que determinou que “os filhos dos régulos, sobas e outros potentados indígenas deveriam ser educados em Luanda, sob a orientação e vigilância das autoridades portuguesas” (SANTOS, 1970, p. 134). Aprendendo a língua e a cultura portuguesa, eles iriam transmitir, posteriormente, os conhecimentos adquiridos ao seu povo, consolidando assim o “saber português” (LIBERATO, 2014, p. 134).

Ensino de Língua Portuguesa em Angola dos séculos XX-XXI

Em 1910, com a implantação da República em Portugal, a política colonial para os territórios africanos registou novamente alterações. No período de 1910-1926, a política colonial para Angola ficou marcada pela governação problemática de Norton de Matos, primeiro governador-geral, entre 1912-1914, e, mais tarde, como alto-comissário, entre 1921-

1924 (GONÇALVES, 2003; LÉONARD, 2000). Norton de Matos no campo do ensino escolar defendeu e ordenou o seguinte:

- Que seja instituído o ensino escolar em Angola, como meio de civilização dos angolanos, utilizando para o efeito só a Língua Portuguesa, ou seja, ficando proibido o uso de qualquer língua africana dentro território.

- Que haja separação entre a educação ministrada aos negros e aquela ministrada aos brancos. Para o negro (indígena), a instrução literária que seja restrita a:

Falar, ler e escrever o português, as quatro operações aritméticas e o conhecimento da moeda corrente de Angola.

Simples palestras sobre higiene das pessoas e das habitações, contra os vícios e práticas nocivas, usos e costumes nefastos das vidas dos indígenas sobre a história de Portugal e os benefícios da civilização portuguesa adequadas às idades e ao desenvolvimento intelectual dos ouvintes, serão frequentemente feitas (MATOS, 1926, p. 250-251).

Prevalecia a instrução técnica e profissional em detrimento da instrução literária e humanística. Para tal, foram criadas as escolas-oficinas para as raparigas e para os rapazes, em separado. Para as meninas, a instrução ministrada consistia no: “Ensino teórico e prático da instrução literária em grau primário elementar; ensino de costura e trabalhos domésticos e de quaisquer profissões compatíveis com o seu sexo; educação moral e cultura física” (MATOS, 1926, p. 103).

De modo semelhante, para os rapazes, a instrução consistia essencialmente em: “Ensino teórico e prático da instrução literária, em grau primário elementar; ensino primário técnico de artes e ofícios e educação moral e cultura física (MATOS, 1926, p. 103).

Essa política educacional teve continuidade nos anos que se seguiram à presença de Norton de Matos em Angola. Acentuaram e generalizaram-se os discursos sobre a superioridade da raça europeia em relação à africana.

Nesse contexto, Armindo Monteiro, ministro das Colónias, entre 1931-1935, sustentava a tese de que a missão civilizadora de Portugal “tratar e cuidar do negro”⁴ justificava a presença de portugueses em Angola. Os negros eram súbditos, e não cidadãos.

⁴ “Colonizar é essencialmente tratar do negro. O Branco, por agora ao menos, está a ser o dirigente, o técnico, o responsável. Nos trópicos faria triste figura trabalhar com o seu braço, ao lado do nativo. Esta é a grande força de produção, o abundante e dócil elemento de consumo que África oferece” (MONTEIRO, 1935, p. 43).

A condenação do colonialismo pela ONU e seus efeitos no ensino escolar

No dia 20 de abril de 1961, a ONU aprovou a resolução n. 1.603 (XV), na qual condenava a política colonial portuguesa, criando igualmente um subcomité para elaborar um relatório sobre a situação em Angola. Em resultado dessas pressões internacionais ocorreram alguns acontecimentos relevantes em Angola.

- nesse mesmo ano de 1961, a luta armada sistematizada e partidarizada teve início e começou a mobilização clandestina de pessoas e das populações para apoiar e assumir a causa da independência de Angola.

- foi abolido o Estatuto dos Indigenatos;

- foram introduzidas reformas aos projectos político-sociais de Adriano Moreira, quando ministro do Ultramar, desaparecendo assim, pelo menos legalmente, a distinção entre negros (indígenas) e brancos (portugueses), sendo estabelecido o princípio de igualdade em direitos e deveres entre africanos e europeus.

Em relação ao ensino escolar, o governo colonial em Angola assumiu, a partir de 1961, a responsabilidade direta da instrução acadêmica para todas as pessoas em idade escolar.

O secretário provincial da educação, Amadeu Castilho Soares concebeu o projecto intitulado: *Levar a escola à sanzala, Plano de Ensino primário rural em Angola 1961-62*. Esse plano visava à expansão da escolarização e do ensino da Língua Portuguesa em todo o território angolano, sobretudo fora dos centros urbanos, onde o acesso estava limitado, servindo de base para a uniformização institucional e curricular do sistema educativo que culminou com a Reforma do Ensino Primário Elementar nas Províncias Ultramarinas, realizada em 1964.⁵ Esta instituiu o ensino primário como obrigatório e “gratuito para as crianças dos 6 aos 12 anos” (SOARES, 2002 , p. 13), nos seguintes termos:

O ensino primário é constituído por quatro classes precedidas de uma classe preparatória e formando um só ciclo, terminando com a aprovação do exame da quarta classe. A classe preparatória visa a prática do uso oral corrente da língua portuguesa e atividades preparatórias da receptividade para o ensino escolarizado (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1966, p. 43).

Foram igualmente criadas, por decreto ministerial e por proposta do governo-geral colonial, em Angola, escolas do magistério primário⁶ para a formação de professores, bem

⁵ Decreto n° 45.908, de 10 de setembro de 1964.

⁶ Decreto n° 44.240, de 17 de março de 1962.

como para a formação de monitores e regentes escolares, de modo que, em 1965, “cada um dos 14 distritos administrativos tinha cursos para monitores, sendo frequentados por 2.413 alunos” (HENDERSON, 1990, p. 340).

O Ensino da Língua Portuguesa no Sistema Universitário Colonial em Angola

Precisa frisar nitidamente que o aprimoramento do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa está intrinsecamente ligado ao processo evolutivo da escolarização, desde o ensino primário até o universitário, geralmente, existe um recurso que possibilita o crescimento e aprimoramento do ensino e aprendizagem gradativa da Língua Portuguesa, quando maior for a classe, melhor será o conhecimento de causa acerca Língua Portuguesa.

Desde sempre até ao início da década de 1960, Angola não dispunha de nenhuma instituição de ensino superior no seu território. Para a frequência desse nível de ensino, os estudantes tinham de se deslocar para Portugal. Os custos inoportáveis relacionados a deslocação e manutenção desses estudantes na metrópole portuguesa afastavam a maioria dos candidatos ao ensino universitário, daí que “entre 1833 e 1857 estudassem na Europa apenas 19 estudantes angolanos”, um número muito exíguo em relação a demanda dos estudantes existentes. No entanto, apesar de serem atribuídas bolsas de estudo para a frequência do ensino superior na metrópole, o fato é que esse acesso estava vedado à maioria dos angolanos, principalmente, aos negros (SANTOS, 1970, p. 117).

Já fazia muito tempo que os “brancos de segunda”, isto é, brancos nascidos em Angola, e a elite mestiça pediam a criação de uma instituição de ensino superior em Angola, mas a metrópole nunca acatou esse pedido e essa reivindicação (PIMENTA, 2008), preferindo manter o sistema de bolsas de estudo, condicionando assim a ascensão social e as aspirações dos angolanos a cargos mais elevados na administração colonial.⁷

Quando Venâncio Deslandes era governador-geral de Angola colonial, atendendo às exigências da população, apresentou ao ministro do Ultramar, Adriano Moreira, o primeiro projeto de criação do ensino superior em Angola, que recebeu a designação de Escola Superior Politécnica de Angola (ESPA). Essa discussão foi, no entanto, adiada por Moreira ter

⁷ Na década de 1950, foi criado o Movimento Pró-Universidade de Angola, promovido pelos colonos a partir do Lubango, que tinha como principal reivindicação a criação do ensino superior em Angola (PIMENTA, 2008, p. 290).

considerado que a decisão estava “dependente de outros condicionalismos institucionais”, ou seja, da decisão do poder central sediado em Lisboa (SOARES, 2002, p. 3).

Independência de Angola – 1975

A Primeira República e a adoção do português como língua oficial do estado

Aos 11 dias do mês de novembro de 1975, Angola viu-se livre do jugo colonial que pesou sobre ela por nefastos e longos cinco séculos, nascendo, assim, de província ultramarina de Angola portuguesa para um novo país com designação de República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA em detrimento de outros partidos políticos violando os “Acordos de Alvor”, documento reitor para a referência de uma independência eletiva e pacífica em Angola.

A República Popular de Angola adoptou o português como língua oficial do estado por cobrir a comunicação de espaço nacional do país e todas as outras línguas foram reconhecidas como línguas nacionais; Angola ficou consagrada como um território multilíngue.

O português, sendo língua oficial do estado e veicular em toda a dimensão geográfica de Angola, foi assumido como língua do sistema de ensino escolar e urge na grelha dos conteúdos como uma disciplina a ser ministrada e aprendida desde o ensino elementar ao superior e, também, como matéria de especialização superior para muitos alunos e jornalistas.

Em consequência da política racialmente seletiva do ensino escolar colonial, Angola chegou à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85%, uma das mais elevadas do mundo (PNUD-Angola, 2002, p. 26).

Essa situação dramática levou o novo governo a dar prioridade à educação, aplicando nessa área grandes investimentos. A adoção de uma nova ideologia política, tendo em vista a formação do novo cidadão angolano, com uma nova personalidade, moldada nos ideais nacionalistas, conduziu à aprovação de reformas que erradicassem a iliteracia.

A primeira alteração registada prende-se com a aprovação da lei nº 4, de 9 de dezembro de 1975, que nacionaliza o ensino e cria um Sistema de Ensino Geral, de formação técnica e profissional.

Em 1976, iniciaram as campanhas de alfabetização por todo o país, em escolas, empresas, fábricas, aldeias rurais, instituições militares, dando continuidade ao trabalho que já era realizado nos acampamentos militares durante a luta pela independência.

Em 1977 foi publicado o decreto nº 26/1977, que estruturou o sistema de ensino escolar como meio de consolidação da independência nacional e definiu a educação como um direito assente nos princípios⁸ da universalidade e igualdade de oportunidades no acesso livre à escola e a continuação dos estudos, bem como a sua gratuidade⁹ no seu sentido mais amplo (PNUD-ANGOLA, 2002, p. 26)

O governo estabeleceu, assim, a educação como principal prioridade política dirigindo para esse setor “grandes investimentos, numa tentativa de ultrapassar os fracassos do regime colonial” (PNUD-ANGOLA, 2002, p. 26).

O ensino foi estruturado em cinco etapas: ensino primário, ensino secundário (I e II nível), ensino médio e universitário. O ensino primário era composto por quatro anos, antecedidos por um ano de ensino pré-primário,¹⁰ um conceito que já tinha sido aplicado pela política educativa colonial. Seguiam-se mais quatro anos, dos quais dois do II nível (5ª e 6ª classes) e dois do III nível (7ª e 8ª classes), que antecediam o curso médio (9ª, 10ª, 11ª e 12ª classes) ou o PUNIV (9ª, 10ª, 11ª classes). Essa explosão escolar apresentou, contudo, alguns aspetos negativos. Se, por um lado, sua gestão se tornou complexa, por outro, registou-se uma acelerada degradação das infraestruturas por várias causas.

A não implementação real dos Acordos de Alvor pelos partidos políticos angolanos gerou a guerra civil em Angola. A intensificação da guerra civil, roubou a muitos jovens em idade escolar as próprias vidas ou sonho sempre almejado de poder estudar, “as pesadas destruições de infraestruturas escolares, particularmente nas áreas rurais, o absentismo no seio dos professores, a baixa frequência escolar e as limitações no Orçamento Geral do Estado para fazer face às necessidades de investimento em recursos humanos e infraestruturas” (*idem*, p. 269) fizeram decrescer grande número de matrículas no sistema de ensino escolar nas primeiras duas décadas da pós-independência de Angola.

Segunda República – de 1991 até actualidade

⁸ Esses princípios foram consubstanciados no Sistema Nacional de Educação e Ensino da República Popular de Angola, aprovado em 1977 e implementado a partir de 1978.

⁹ Inicialmente, nem o estudante nem seu agregado familiar pagavam quaisquer despesas com a educação, e no ensino obrigatório nem o material didático era pago (PNUD-ANGOLA, 2002).

¹⁰ O ensino pré-primário antecedia a 1ª classe e tinha como objetivo familiarizar a criança com a escola e com a Língua Portuguesa.

Com a assinatura dos acordos de Bicesse (Portugal),¹¹ em 1991 visou-se reposição histórica da verdade política dos Acordos de Alvor, houve as primeiras eleições multipartidárias em Angola. Passou-se de República Popular de Angola para designação de República de Angola. O país que era gerido por um sistema socialista marxista leninista mudou para a democracia em construção.

No quadro dos acordos de Bicesse, foram feitas muitas alterações políticas e económicas que se seguiram. Foi reiterada a intenção de reestruturar o sistema de ensino escolar, expurgando sobretudo o teor ideológico – monopartidário para pluripartidário.

O português, como língua oficial do estado e veicular em toda a dimensão geográfica de Angola, revelou-se um facto inquestionável.

Findou a monopolização estatal do sistema de ensino escolar do teor marxista-leninista. Registou-se um pouco por todo o país, com especial enfoque para as cidades capitais de província, a abertura de instituições de ensino privado.

Os colégios passaram a ser uma alternativa à escola pública que, para além das múltiplas deficiências até então registadas, ainda se deparava com longos períodos de greve dos professores. A política de “ensino gratuito para todos” conheceu, desse modo, o seu término, sendo obrigatório o pagamento de taxas administrativas para a frequência escolar privada.

Outras instituições de ensino superior privado surgiram depois da Universidade Católica de Angola (UCAN), tendo sua implementação atingido o apogeu em 2007. Esse aumento e essa diversificação da oferta de ensino superior privado levaram a uma necessidade de reestruturação da filosofia educativa para o ensino superior, tendo como fim sua descentralização.

O reacender do conflito armado em 1992 e o sistema de ensino escolar em Angola

Os resultados das primeiras eleições multipartidárias em Angola realizadas em setembro de 1992 foram recusados pelo partido UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) considerando-os fraudulentos, não livres nem justos, e isto levou o reacender do

¹¹ Acordos de paz assinados entre as duas partes em conflito, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). A assinatura dos acordos teve lugar em Bicesse, localidade portuguesa, no dia 30 de maio de 1991. A assinatura do acordo pôs fim à guerra civil em Angola, que já durava desde 1975, data da independência.

conflito armado em 1992. Angola mergulhou num banho sangue. Essa guerra teve um impacto direto nas zonas urbanas muito negativo, conduzindo o ensino escolar à rutura.

Em 1997, “mais de um milhão e meio de crianças estavam fora do sistema ensino escolar” as taxas de escolarização eram muito baixas e o analfabetismo apresentava-se, uma vez mais, elevado, bem como os índices de reprovação (ANGOLA, 1997, p. 44).

O Advento da paz – 2002 e o sistema de ensino escolar em Angola

A morte em combate do Dr. Jonas Malheiro Savimbi, presidente e comandante em chefe das forças militares da UNITA no Lucuxi, na província angolana do Moxico, repercutiu negativamente no interior daquele movimento. Em abril de 2002, os chefes de estado-maior das duas alas de grupos beligerantes assinaram os *Acordos do Luena* (Angola), que trataram do fim da guerra e do começo da paz que dura até nossos dias.

Ao despontar do novo milénio, Angola tinha participado da Cimeira organizada pela comunidade internacional, ocorrida em Nova Iorque em setembro de 2000, para se debater e assumir o compromisso de lutar contra a pobreza, a fome e as doenças, onde foi elaborado um documento, assinado por 189 países, no qual constam oito objetivos, conhecidos como *Objetivos do Desenvolvimento do Milénio* (ODM).

Depois da Cimeira do Milénio, Angola iniciou um “processo de revisão das políticas e estratégias que regulavam o sector da educação” (PNUD-Angola, 2002, p. 26), que conduziram à elaboração da *Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação* (2001-2015) e à aprovação da Nova Lei de Bases do Sistema de Educação, lei nº 13/2001 (ANGOLA, 2001). Esses dois documentos estabeleceram as reformas a serem implementadas em todo o sistema educativo.

A Nova Lei de Bases do Sistema de Educação institucionalizou a democraticidade, a gratuidade do ensino primário e o português como língua base do sistema de educação, que se estrutura em três níveis: primário, secundário e superior.

Problematização do ensino de Língua Portuguesa em Angola de hoje

Linguisticamente falando, a realidade angolana é heterogênea e não é homogênea, alguns docentes promovem o ensino de Língua Portuguesa, só numa perspectiva, não

reconhecendo as variedades locais e dificultam o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e de outras línguas maternas aos alunos.

Outrossim, já em novembro de 1952, Celso Cunha, ao tomar posse da cadeira de Língua Portuguesa, no Colégio Pedro II, afirmara que: “[...] o que está a matar o estudo do idioma em nossas escolas é que todo o ensino se faz na base do certo e do errado, do que é e do que não é vernáculo, [...]” e recomendara que se deixassem de lado as regras e as exceções, uma vez que a língua de nossos dias reflecte a civilização actual e é impossível manter um purismo linguístico, querer forçar jovens – que pertencem aos mais diversos grupos sociais – a um padrão idiomático dissociado da vida real (apud CALLOU, 2007, p. 14).

Há outra ala que advoga o seguinte: o ensino da Língua Portuguesa em Angola não passa de uma descrição de categorias gramaticais. Isso inibe o aluno de contribuir com suas práticas de uso diário da língua. As categorias gramaticais que são estudadas acabam por limitar o aprendizado, despreza-se o processo evolutivo e dinâmico da língua e se reforça uma abordagem de ensino de língua alheia à realidade de uso, assumindo a língua como entidade homogênea, o que não reflecte a verdade (BERNARDO, 2017, p. 49).

Apesar de adquirir o estatuto de língua oficial que o português tem em Angola, alguns anos após a independência, Marques defendia o ensino do português como língua estrangeira, justificando que se tratava de uma língua segunda para grande parte da população angolana (MARQUES, 1983, p. 208).

Paulino Soma Adriano realizou uma pesquisa em 2009 e verificou que o ensino e a aprendizagem da língua Portuguesa em Angola consubstanciam-se na exposição da gramática normativa (padrão europeu), esta é a actividade predominante nas aulas de Língua Portuguesa das escolas angolanas (ADRIANO, 2015, p. 65).

Amélia Mingas defende o ensino de um português mais adaptado à realidade angolana, com abertura à componente cultural local, já que o português que se fala, actualmente, em Angola, é uma variante balbuciante do português de Portugal (MINGAS, 2000, p. 47).

Miguel defende que, para a legitimação de mudanças, deve escusar-se a pura assunção dos erros e dos desvios linguísticos motivados, majoritariamente, por um fraco domínio linguístico.

O ensino da Língua Portuguesa em Angola de hoje esfacela-se em duas dimensões fundamentais, entre continuidade do ensino de português em padrão europeu veiculado na

gramática normativa de português e a nascente variedade angolana com um padrão normativo em embrião.

O Ministério da Educação precisa desenvolver políticas que olhem para realidade linguística do país, e o professor é chamado a abandonar o ensino pautado unicamente para a norma culta, dando aos alunos um ensino voltado para a realidade da língua (BERNARDO, 2017, p. 49).

Para isso, o Ministério da Educação deve investir em meios necessários para cultura multifacética do ensino da Língua Portuguesa em Angola em relação às línguas maternas, em relação à variedade angolana do português em embrião concomitantemente com o conhecimento das outras variedades geográficas da Língua Portuguesa em África, no Brasil e em Portugal, oferecendo ao estudante um conhecimento de causa da constituição, funcionamento e uso da Língua Portuguesa no mundo de hoje.

Conclusão

Associada aos processos históricos, a evolução da educação em Angola conheceu muitos constrangimentos que condicionaram sua evolução positiva e seu melhor desempenho. Se por um lado a política colonial limitava a progressão escolar aos angolanos (não brancos), criando barreiras, por outro, o processo de transição para se eliminar esses condicionalismos apresentou-se difícil e com muitos sobressaltos.

Os objetivos inicialmente traçados pelo governo angolano para serem postos em prática depois da independência – ensino universal, gratuito e obrigatório – depararam-se com sérios entraves, colocando mesmo em questão a sua viabilidade.

Voltando à questão sobre a crise entre o normativo e o usual (normal) num contexto multilíngue, surge necessariamente a pergunta: que português se deve ensinar, afinal, nas escolas angolanas? O português de Portugal (norma-padrão europeia) ou o português de Angola (tendo em conta as suas características externas e internas)?

Entendemos que um dos critérios essenciais para normalizar o português em Angola é descrever e explicar de forma sistematizada, não apenas o papel dessa língua no nosso contexto, mas também, investigar profundamente as origens, causas de aparecimentos e seus usos, inventariar e explicar as formulações linguísticas e dizeres que divergem do padrão europeu.

Na verdade, embora caiba à escola ensinar as construções socialmente mais aceites, tidas como mais elegantes e que constituem a norma-padrão de uma comunidade linguística, a linguística educacional não deve ser totalmente confundida com o purismo linguístico secularmente padronizado (ADRIANO, 2015).

A ser assim, entende-se que é ilusória a observância de um conservadorismo linguístico baseado na imitação do normativo de Portugal. A imitação integral dos usos linguísticos de uma comunidade que não apresenta as mesmas especificidades da comunidade imitadora é inglória. A comunidade angolana tem suas particularidades específicas não moldadas à norma do português tal como o faz a comunidade portuguesa. Esta afirmação é válida para as restantes comunidades lusófonas, se comparadas com a europeia.

Deve-se reconhecer que, embora seja necessário ensinar uma norma-padrão, é utópico impor só a norma-padrão de Portugal em Angola. (ADRIANO, *idem-ibidem*).

O estudo das diferentes estruturas regulares entre a norma padrão e cada uma das demais variedades da Língua Portuguesa constitui uma etapa básica para uma boa metodologia do ensino de português, uma vez que só tendo em mão os resultados empíricos de tais pesquisas contrastivas terão os organizadores dos currículos as informações essenciais para o planificação das etapas didáticas através das quais os educandos poderão ser levados a desenvolver a capacidade de traduzir de uma para outra variedade do português. Na verdade, o ensino quase exclusivo da norma-padrão europeia marginaliza a variedade angolana em embrião.

Referências

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. *O ensino no Ultramar*. Lisboa: 1966.

ADRIANO, Paulino Soma. *A crise normativa do Português em Angola*. Luanda: Mayamba Editora, 2015.

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979. v. III.

ANGOLA. Ministério do Planeamento (MINPLAN). Proposta para uma política de população para Angola. *Cadernos da População e Desenvolvimento*, Luanda, número especial, 1997.

ÁVILA DE AZEVEDO, Rafael. *O problema escolar de Angola*. Luanda: Edições Casa da Metrópole, 1945.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do Português*. Luanda: Edições Zila, 2006.

- COSTA, João. *O advérbio em Português Europeu*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro, 2013.
- DIAS, Alberto Gastão Sousas. *O ensino em Angola*. Luanda: Delegação do Governo de Angola à Primeira Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- DUFFY, James. *Portuguese Africa*. Massachusetts: Harvard University Press, 1961.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- GONÇALVES, António Custódio. *Tradição e modernidade na (re)construção de Angola*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- GOURGEL, Aniceto do Amaral; DIFUILA, Manuel Maria. *Atlas Histórico de Angola*. Luanda: Plural Editores, 2017.
- HENDERSON, Lawrence. *A igreja em Angola*. Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990.
- HOUAISS, António. *Dicionário da Língua Portuguesa: temas e debates*. Lisboa: Global Notícias Publicações, 2005.
- LÉONARD, Yves. A ideia colonial: olhares cruzados (1890-1930). In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *Nova história da expansão portuguesa: último império e recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas & Debates, 2000.
- LIBERATO, Ermelinda. *Avanços e retrocessos da educação em Angola*. Luanda, 2014.
- MARQUES, Irene Guerra. Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. In: CONGRESSO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO. *Actas*, v. I, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.
- MATOS, Norton. *A província de Angola*. Porto: Edição do Maranus, 1926.
- MINGAS, Amélia A. *Interferência do Kimbundu no Português falado em Luanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.
- MINGAS, Amélia A. O português em Angola: Reflexões. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 8. v. 1. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, 1998.
- MONTEIRO, Armindo. *Da governação de Angola*. Lisboa: Agência Geral as Colónias, 1935.
- MOTA, Maria António Coelho et al. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 2013. v. I e II.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1969.
- PIMENTA, Fernando. *Angola: os brancos e a independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano*. 2010. Disponível em: http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/human_developmentre_port_2010/. Acesso em: 5 maio 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) – ANGOLA. *Os desafios pós-guerra*. Luanda: Nações Unidas, 2002.

READER, John. *Africa, a biografia de um continente*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2002.

SANTOS, Martins. *História do ensino em Angola*. Angola: Edição dos Serviços de Educação, 1970.

SETAS, António. *História do Reino do Kongo*. Luanda: Editorial Nzila, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e Silva. *A Manilha e o Libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOARES, Amadeu Castilho. *Levar a escola à sanzala – Plano de ensino primário rural em Angola (1961-62)*. *Episteme*, ano 4, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2002.

SPINA, Segismondo. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

TELO, António José. *Economia e império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO ISSN 2316-3267